



Anais da Assembléia

N.º 52

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 02 DE JUNHO DE 1982

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 45ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 1982

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretária-
da pelos Srs. Deputados Fuad Nacli e Edilson Alencar.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes
Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz,
Augusto Carneiro, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Airton
Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso,
Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, David Cherie-
gate, Valter Pietrângelo, Deni Schwartz, Erondy Silvério, Fuad
Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus,
Gilberto Ayibert Filho, João Elísio, José Domingos, José
Domingos Scarpellini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leô-
nidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário
Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Palácios, Paulo Ca-
margo, Quielse Crisóstomo, Renato Bueno, Rosário Pitelli,
Tadeu Lúcio Machado, Trajano Bastos, Valduga e Werner
Wanderer (42); achando-se ausentes os Srs. Deputados Nilso
Sguarezi, Adalberto Daros, Darcy Deitos, Egon Pudell, Fabia-
no Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, José
Tavares, Nestor Baptista, Pinto Dias, Romero Filho, Tércio
Albuquerque, Túlio Zanchet, Waldyr Pugliesi, Wilson Fortes,
Renato Bernardi (16).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente
declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus,
iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão
anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

Emendas

EMENDA AO PROJETO DE LEI
COMPLEMENTAR N.º 56/82

"Art. 1.º —

§ — Fica assegurado ao professor habilitado em curso
superior de licenciatura plena da área de Educação e que possua
no mínimo vinte (20) anos de exclusiva dedicação ao Magisté-
rio, o enquadramento, no mês de outubro de 1982, na Classe E,
nível 5, do Quadro Próprio do Magistério.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1982.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

A condição que é proposta na presente Emenda ao Projeto
de Lei Complementar, tem por finalidade atender justa reivin-
dicação de inúmeros Professores que aguardam o seu enquadra-
mento em nível compatível com as suas habilitações e ao tempo
de serviço que vem prestando ao Magistério estadual em dedi-
cação exclusiva. Tal reivindicação não é fato novo. Foi um dos
itens largamente debatidos em várias reuniões da classe do
Magistério, das quais participamos, e ventilada por inúmeras ve-
zes pela Imprensa de nosso Estado, através de notas da Asso-
ciação dos Professores do Paraná.

Por ser de justiça e plausível tal reivindicação é que apresen-
tamos a presente emenda.

EMENDA AO PROJETO
DE LEI N.º 57/82

"Art. — O prazo estabelecido no Art. 7º da Lei n.º
7122, de 26 de abril de 1979, fica prorrogado por 30 (trinta)
dias, contados da data da publicação desta lei".

Sala das Sessões, em 1º de junho de 1982

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

O prazo que aqui se quer prorrogar, estabelece pelo texto
da Lei 7122 que os ocupantes dos cargos das carreiras de Enge-
nheiro Civil, Químico, Florestal, Mecânico, Eletricista e Agrô-
nomo, além dos Arquitetos do Estado, mediante requerimentos
à Secretaria de Recursos Humanos, optem pela nova estrutura
estabelecida por aquela Lei de reenquadramento, sujeitando-se
aos impedimentos que a jornada de trabalho estabelece. Inú-
meros funcionários perderam aquele prazo para tal opção,
ocasionando prejuízos tanto para a classe funcional como para
a própria administração estadual.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribui-
ções regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado
voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. WILSON
SERRÃO, membro da Primeira Igreja Batista de Curitiba,
ocorrido no último dia 31 de maio de 1982, nesta Capital.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência
da decisão da Casa à família enlutada e à Primeira Igreja Batis-
ta de Curitiba.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1982.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, na forma regimental, votação nominal para o
Projeto de Lei n.º 30/82.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1982.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribui-
ções regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, sejam consigna-
dos na ata desta sessão, votos de congratulações pelo transcur-
so, no dia 25 transato, do terceiro aniversário da Escola de Re-
cuperação de Alcoólatras e Fumantes de Vista Alegre das Imer-
cês, localizada à Rua Vereador Antenor Panfico dos Santos, 11,
e formada pela seguinte diretoria: Aynaldo Hanemann - Coordi-
nador Geral; Maria Anete Stadler - Supervisora; Ageu Leal -
Diretor; Elisa Maria Annunziatto, João Gregório de Oliveira,
Jairo Hermes Barbosa e Lourdes Zoschke - Diretores Associa-
dos; Alfredo Mükemberg - Secretário Executivo; Odete Ribeiro -
Secretária; Jurandir Krüger - Líder dos recepcionistas; Paulo
leski, José Turbúio de Burgo e Dácio Annunziatto - Conselhei-
ros; além da equipe de 11 abnegados médicos e mais de 60 pales-
trantes.

Esta organização no decorrer dos 3 anos, dinamicamente
tem desempenhado extraordinário trabalho na orientação a

centenas de pessoas que na maioria tornam-se abstinências da bebida alcoólica e do fumo. É, portanto, um desempenho de grande importância no contexto social.

Outrossim, requer, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à referida instituição.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1982.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, REQUER, de acordo com as suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado ao Sr. Presidente da Confederação Brasileira de Futebol - CBF, telex nos seguintes termos:

HIPOTECAMOS EM NOME TORCEDORES BRASILEIROS DO PARANÁ TOTAL SOLIDARIEDADE NAS DECISÕES TOMADAS COM REFERENCIA SELEÇÃO VG ESPECIALMENTE COM RELAÇÃO À FIXAÇÃO DE GRATIFICAÇÕES AOS NOSSOS JOGADORES CASO ALCANCEMOS SUCESSO NA ESPANHA VG EMBORA JULGUEMOS DISPENSÁVEL QUALQUER RECOMPENSA UMA VEZ QUE SOMENTE A HONRA DE REPRESENTAR ESPORTE NACIONAL JÁ SERIA SUFICIENTE PT

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1982.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado subscritor, atendidas as formalidades regimentais, REQUER envio de TELEX ao Secretário e ao Ministro da Indústria e Comércio, solicitando que seja revisto, com urgência, o preço cobrado pelo Instituto Nacional de Pesos e Medidas, por ocasião da aferição de balanças, pois como provam os recibos em anexo, muitas vezes ultrapassam 40% do valor da balança. Como exemplo, damos o caso de uma balança de 200 kg, que a preços de julho de 1981 custava 10.800 (dez mil e oitocentos cruzeiros) e o Instituto cobrou para aferição 4.459,80 (quatro mil, quatrocentos e cinquenta e nove cruzeiros e oitenta centavos).

Requer envio de cópia à Associação Comercial e Industrial de Toledo, Guaíra, Terra Roxa, Palotina, Santa Helena, Matelândia, Guaraniáçu, Foz do Iguaçu, Cascavel, Mal. Cândido Rondon, Assis Chateaubriand, Medianeira, Céu Azul, Quedas do Iguaçu e Nova Aurora.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1982.

(a) NELTON FRIEDRICH.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje de um VOTO DE PROFUNDO PESAR pelo falecimento da Senhora CEZITA POMPERMEIER, ocorrido em Realeza, dia 21 de maio próximo passado.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1982.

(a) TÚLIO ZANCHET.

JUSTIFICATIVA:

Dona CEZITA POMPERMEIER era pessoa das mais atuantes nas lides religiosas e assistenciais de Realeza. Deixa o esposo Valdemir, comerciante e figura proeminente na sociedade local, além de 7 filhos e nos corações de todos aqueles que tiveram o privilégio de desfrutar de seu convívio, uma saudade e uma lacuna impreenchível pelos serviços relevantes prestados à comunidade de Realeza.

PROJETOS:

PROJETO DE LEI N.º 68/82.

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o "Clube das Mães Unidas", com sede e foro na Cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1982.

(a) FIORI LUIZ.

JUSTIFICATIVA:

A entidade assistencial que ora se pretende declarar de utilidade pública tem por finalidade estimular o desenvolvimento comunitário através da orientação, proteção e representação de mães residentes nos diversos bairros carentes de Londrina, conforme seu estatuto social.

PROJETO DE LEI N.º 69/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Rotary Clube de Mandaguari, com sede na localidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1982.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI.

JUSTIFICATIVA:

A documentação anexa demonstra que a entidade em apreço preenche todas as exigências da Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, razão pela qual espera-se unânime aprovação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

A Presidência registra, com satisfação, a presença em nosso plenário, do Vereador Vlamir Bertoli de Guaraniáçu e do Vereador Valdemar Chaves, Presidente da Câmara Municipal de Guaratuba.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ainda este mês os consumidores brasileiros começam a pagar mais caro pelo leite. O produto sobe de 52 para 63 cruzeiros, 21% a mais do que hoje.

Este aumento significa mais um peso na balança doméstica, mais um rombo na renda familiar, tão desgastada quanto a imagem dos nossos governantes.

O Governo ainda não anunciou o índice oficial da inflação do mês de maio, mas deve calculá-lo em torno de 7 ou 8%. Um dado que deverá estar muito distanciado da realidade, um fenômeno, aliás, que caracteriza a maioria das ações do governo.

Sem uma política voltada para o barateamento dos produtos de primeira necessidade, tais como alimentos, combustíveis, roupa, calçados e outras mercadorias, e por pautar sua política na defesa dos interesses dos grandes monopólios nacionais e estrangeiros, o Governo brasileiro dificulta dia-a-dia a vida dos assalariados. Estes se constituem a maioria da Nação, mas, no entanto, são as maiores vítimas daqueles que administram os negócios públicos.

Ao subir o preço do leite, o consumidor estará somando à sua despesa mensal um novo peso, sem encontrar uma contrapartida em seus rendimentos. E, é bom lembrar, Senhores, estará também pagando mais pelo transporte coletivo, pelo óleo de soja, pelos laticínios em geral, pelo pão, pela carne, em resumo, estamos enfrentando novamente uma alta generalizada de preços.

Neste rol de aumentos, entram os medicamentos, segmento de mercado dos mais lucrativos no Brasil dos tuberculosos, hansenianos, chagásicos e atacados pelas mais diversas verminoses. Somente os remédios tiveram, em 1981, um

aumento de 180%, e mais 32% nos primeiros meses deste ano. Tais medicamentos estão ainda na lista dos remédios populares. Imaginemos as fórmulas mais sofisticadas!

Entre os alimentos, alguns demonstram custo altíssimo atualmente. E são frutos da ausência de políticas específicas dentro de um plano global de produção de alimentos. É o caso da cebola que apodrece no Nordeste e falta no Sul do País, e que hoje é vendida por aqui a 200 cruzeiros o quilo. O alho, Senhores, está custando nada menos do que um mil e quinhentos cruzeiros o quilo, quando é encontrado!

Estamos velhos de saber que a inflação é medida pela média de todos os aumentos, computados pelos diversos índices em uso no Brasil. E apesar de todas as majorações, é possível que dentro de alguns dias o Governo anuncie que houve uma taxa não superior a 8%, quando sabemos que já está pela casa dos 20% somente este mês. A alegação será que o mês de maio é um mês atípico, assim como foram janeiro, fevereiro, março, abril. Mas o Governo tem a seu favor, ainda, e durante todo este ano, se as coisas continuarem quentes no Atlântico Sul, a tal da Guerra das Malvinas, esta estupidez que só interessa aos imperialismos.

Entretanto, Senhores Deputados, todo mês de maio é época de aumento de salário mínimo. E o Governo poderá jogar, como já se acostumou a fazer, nas costas dos trabalhadores. E é claro que ninguém se lembrará de citar que embora o Governo use e abuse deste argumento, que uma grande empresa automobilística de São Paulo investiu 2 bilhões e 200 milhões de cruzeiros em salários em 80 e menos 100 milhões em 81, quando a estimativa era de chegar a 4 bilhões.

O desemprego, recurso no qual se apegam os capitalistas sempre que a crise pega pelo calcanhar, pagará, mais uma vez, o ônus pelos erros da política econômica e social.

Diante de todas as tentativas frustradas, porque é impossível conter inflação e defender ao mesmo tempo os interesses do capital estrangeiro e do grande capital nacional, cabe apenas ter certeza de uma coisa: não se encontrará saída para nada neste País enquanto o peso e a medida forem aqueles inspirados de fora para dentro do País. A inflação não caiu nem cairá. Os salários não aumentaram e nem aumentarão no seu valor real.

Somente o povo brasileiro, unido, isolando os inimigos maiores, é que saberá construir uma nação justa. É urgente uma política econômica e social que derrube a carestia, que controle a inflação. A renda tem que ser dividida no Brasil, nem que tarde. Mas que não falhe!

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Algumas semanas atrás a região Oeste do Paraná, os homens que compõem esta região que hoje tem o maior índice de produção do Estado do Paraná, ficaram atônitos com a notícia de que o Supremo Tribunal Federal tinha ganho de causa, tinha dado ganho de causa do imóvel Braviaco para o Governo Federal. E nós, tivemos a satisfação de, em companhia do Deputado Werner Wanderer, acompanhado de diversos prefeitos da região Oeste do Paraná, viram o então Governador Ney Braga solicitar o seu auxílio para que esse problema tivesse uma resolução que viesse em benefício dos agricultores da região Oeste do Paraná.

E ontem, ainda na minha Cidade de Cascavel, tive a satisfação de receber uma comunicação do ex-Governador Ney Braga, de que o Governo Federal tinha, através do Decreto assinado pelo Presidente João Baptista Figueiredo, autorizado o repasse dessa área para o Estado do Paraná. Resolvendo o problema de proprietários agrícolas de 880 mil hectares no

Oeste do Paraná, trazendo, tranquilidade a cerca de meio milhão de habitantes de uma área que envolve 19 municípios, onde existem 40 mil proprietários rurais, cem povoados e dez sedes municipais.

Nós queremos, nesta oportunidade, trazer aqui o agradecimento especial ao ex-Governador Ney Braga por essa notícia que praticamente resolve esse problema angustiante de milhares de agricultores na região Oeste do Paraná. E todos nós conhecemos, profundamente, o trabalho que Ney Braga fez pela região Oeste do Paraná há mais de 30 anos. Ele sempre foi, em todos os momentos, o grande defensor dos agricultores da região Oeste do Paraná e este Decreto Presidencial coloca, mais uma vez, um fim a esse angustiante problema dos agricultores da região Oeste do Paraná. Acredito que, nesta oportunidade, os agricultores, pela nossa voz, agradecem mais essa maravilhosa conquista.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Coincidentemente, o pronunciamento do Deputado Lineu Turra, há poucos momentos, veio de encontro ao desejo que nós, já há alguns dias inclusive, manifestamos à Presidência desta Casa, e há questão de poucos momentos, inclusive, através da Comissão de Agricultura desta Casa, da qual nós presidimos, estamos convocando os Srs. Deputados membros para uma reunião terça-feira, para que nós possamos discutir a conveniência ou não de se promover um debate aqui na Assembléia Legislativa do Paraná, com a classe produtora de leite do nosso Estado; e também com as cooperativas do setor. E, talvez, algumas empresas. Porque o que a gente assiste hoje, principalmente através de noticiário da televisão, é que esses aumentos constantes no preço do leite que evidentemente está causando a diminuição do consumo deste precioso líquido, enquanto li recentemente, num comentário econômico, que neste País, enquanto se consome aproximadamente 200 litros de bebida alcoólica "per capita" ao ano, não se chega a consumir nem 20 litros de leite, "per capita" ao ano, numa diferença realmente assombrosa.

E como vinha dizendo, esses noticiários de televisão, dos jornais, essas manifestações públicas de associações de senhoras convidando inclusive o povo, a um boicote de não consumir e não comprar o leite, coloca sempre o produtor do leite, o cidadão, o lavrador que tem a sua vaquinha lá na sua propriedade rural, como se fosse ele o bandido, o causador do alto preço deste produto, quando, na realidade, são os preços dos insumos, hoje, no mercado, que está ocasionando, inclusive que a maioria dos produtores de leite no Paraná, estejam produzindo menos de trinta por cento da sua capacidade. Por não terem condições de dar alimentação adequada às suas vacas de leite para que aumente a produção.

Inclusive, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaríamos, realmente e, que esta Casa promovesse agora, ainda este mês, antes do recesso parlamentar, um debate para que realmente a opinião pública do Paraná tivesse conhecimento das causas verdadeiras, porque o leite está sumindo da mesa do consumidor, e por que o alto preço do leite que não é de maneira nenhuma culpado o produtor de leite, o nosso sitiante, o nosso produtor.

Um outro registro, Sr. Presidente, aproveitando esse minuto que me resta é de deixar aqui patente o meu repúdio à Seleção Brasileira de Futebol. Não é possível que jogadores que ganham hoje em média 3 milhões de cruzeiros por mês, querem, para defender o Brasil, como eles estão dizendo, 30 milhões de cruzeiros. Um roubo. Imaginem se esses homens tivessem que defender o Brasil, numa guerra como nas Malvinas. Quanto eles pediriam? É um absurdo, um abuso de jogadores que querem se vender para defender este País.

Fica aqui o meu repúdio à Seleção Brasileira de Futebol. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Cotrim.

O SR. ANTÔNIO COTRIM — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É comum assistirmos Deputados desta tribuna e da tribuna da Oposição, fazerem críticas à atuação da polícia no interior do Estado. Entretanto, se faz justiça também aplaudir quando a polícia age de maneira correta; e é o que nos traz hoje a esta tribuna, para ler o ofício que a Associação Comercial e Industrial de Maringá encaminhou ao Delegado da Sub-Divisão Policial de Maringá, Vicente Gonçalves do Amaral, vasado nos seguintes termos: (Lê).

“Senhor Delegado:

A Associação Comercial e Industrial de Maringá, entidade que representa os interesses da iniciativa privada, faz questão de consignar os mais sinceros e sentidos agradecimentos de nossos associados pela efetiva ação policial que culminou com a detenção de elementos altamente nocivos à sociedade, conforme notícias veiculadas na “Folha de Londrina” e “O Diário”, de 26 de maio de 1982.

A prisão dos contrabandistas foi entendida como o início de medidas concretas visando a punição de malfeitores ou de quadrilhas que vêm agindo livremente na região, dando sumiço a motoristas, caminhões e cargas, trazendo prejuízos incalculáveis ao patrimônio e à segurança pessoal dos motoristas profissionais.

Não podemos aceitar a impunidade daqueles que, embora notoriamente ligados a quadrilhas, transitam livremente pelas ruas, ombro a ombro com pessoas honradas que vivem de um trabalho digno e suado.

É bom frisar que, entre os empresários locais, sobretudo os que tem frotas ou caminhões para transporte de carga própria, a situação é de medo e insegurança, pois os criminosos continuam roubando e até mesmo matando.

O povo precisa acreditar na Polícia e a nós cabe aplaudir e estimular toda ação cujo objetivo seja dar as mínimas condições de segurança para que tenhamos assegurado, no mínimo, o direito ao trabalho sem medo.”

Este é o ofício que recebeu o Delegado Vicente Gonçalves do Amaral, que recentemente assumiu a Chefia da Sub-Divisão Policial de Maringá.

Saiu da Delegacia de Armas e Munições de Curitiba, assumiu em Maringá. Não fez queixas e encontrou uma Delegacia preparada, ou despreparada. Mas, imediatamente, se pôs em ação. E a sua efetiva ação em Maringá tem demonstrado que quando a Polícia através do seu Delegado realmente está imbuída do propósito de prender marginais, de prender assaltantes, de prender ladrões, ela consegue.

Portanto, eu incluo aqui também, junto com a homenagem e o agradecimento que faz a Associação Comercial e Industrial de Maringá ao Delegado Vicente Gonçalves do Amaral, também, a nossa homenagem e a nossa admiração e os nossos votos de que, realmente, ele continue agindo assim, combatendo o crime, combatendo o roubo e o contrabando na região de Maringá e de todo o Paraná.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Durante a reunião que mantivemos nesta manhã com o Prefeito de Curitiba, estabelecemos com Sua Excelência o início da construção do Centro de Recreação e Esportes da Cidade Industrial de Curitiba.

E o fizemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com muita satisfação, porque, este Centro foi formalmente criado através de lei de nossa iniciativa ao tempo em que integrávamos a Câmara Municipal desta Capital.

É um centro que foge completamente ao que se pode chamar de complexo convencional para atender simplesmente ao lazer de uma população esparsa de qualquer região de uma grande cidade como Curitiba.

Ele tem a finalidade de criar um elo de solidariedade, um vínculo de amizade maior entre os quase 20.000 trabalhadores da Cidade Industrial desta Capital.

De homens e mulheres que passam horas e horas de tensão nervosa, mergulhados num processo de produção e produtividade e que na verdade precisam desanuviar a sua mente e criar condições para que possam aumentar a sua própria capacidade de trabalho.

Não tenho lembrança de ter referido neste plenário resultado de estudo que li certa feita de um grupo de sociólogos norte-americanos que concluíam que o trabalhador que tem lazer, que tem recreação ao seu alcance com facilidade, não só é um trabalhador mais satisfeito, menos tenso, mais preparado, mas, como também, um trabalhador com condições de produzir mais para a empresa para que serve e para o País em que vive.

E pudemos mais tarde constatar isso numa visita que fizemos àquele País, na qualidade de estudante universitário. E foi, exatamente, o que inspirou o projeto de lei de nossa autoria, na Câmara Municipal de Curitiba, ao propormos a criação do Centro de Recreação e Esportes da Cidade Industrial de Curitiba.

E se passou um bom tempo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, até que nós pudéssemos chegar ao ponto a que chegamos, hoje, quando, com toda satisfação, estamos desta tribuna, anunciando a construção daquele centro esportivo de lazer e de recreação. E, ao fazermos, queremos prestar a nossa homenagem aos trabalhadores da Cidade Industrial; queremos manifestar, também, a nossa satisfação por vermos que o apoio que sempre recebemos para esta causa, dos empresários da Cidade Industrial; que o trabalho político, desenvolvido, para que, afinal, aquela obra pudesse ser deflagrada na sua construção; para que aquele trabalho, afinal, chegasse à conclusão a que chegamos hoje, pudesse significar uma grande realidade.

Quero, portanto, desta tribuna, ao manifestar a minha alegria, também dizer ao Prefeito Jaime Lerner que este seu ato, ao autorizar o início desta construção, significa um estender de mãos àqueles que trabalham anonimamente, e que, no mínimo, merecem o nosso respeito, a nossa gratidão, e as condições para que possam trabalhar e viver bem.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Brasil encontrou a saída: “vamos todos crescer, Paraná - Geração Progresso. Dinâmico, Renovador, Humano”. “É de um Paraná assim que a gente precisa”.

Não há dúvida de que o medo da verdade leva o Governo a financiar a mentira. E, pouco a pouco, o Brasil está sendo drogado, e o Governo estimula esse processo de vício mental. Mas, nós da Oposição, precisamos chamá-lo à razão.

A poluição que temos, hoje, pela televisão, pelo rádio e, não menos, pelos jornais, com a propaganda oficial de que o Brasil encontrou a saída, e “vamos todos crescer”, chega às raias do cinismo, quando nós vemos a propaganda de que, agora, a mesa do brasileiro está farta, e o feijão barato chega em todos os lares.

Não é possível, Sr. Presidente, Srs. Deputados que, impá-

vidos, possamos assistir sem registrar a nossa condenação.

Ainda há poucos dias, a verdade surgia, mais uma vez cristalina, quando um estudo realizado pela Universidade Estadual de Londrina, provava, cientificamente, aquilo que todo brasileiro sabe, que diminuiu a oferta de alimentos agrícolas.

Diz o trabalho da Universidade do Norte do Estado, que a oferta de alimentos agrícolas, em nosso País, cresceu menos que a procura desses produtos, em função do crescimento demográfico, entre 70/80.

A análise envolvendo o setor agrícola do mercado interno, revelou também que a oferta de culturas de consumo doméstico, além de inferior à expansão da demanda pelo aumento da população e da renda "per capita" e teve uma performance abaixo daquele observado durante a década de 60.

Em outras palavras, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a produção alimentícia do Brasil não aumentou no correspondente ao aumento demográfico, e muito menos, em relação à renda "per capita" do brasileiro. E o que é mais grave, não acompanhou nem o crescimento que a produção teve na década de 60.

Mas, esse mesmo trabalho, diz que esse quadro contrasta com o extraordinário desempenho de cultura de mercado externo, consequência de um modelo de desenvolvimento agrícola com nítida direção a estímulos de bens agrícolas, com cotação no mercado internacional.

Como decorrência deste fato, segundo o estudo, foi trazido à tona, o recrudescimento dos problemas de abastecimento e migração rural urbana. E o que se discute é a discriminação sofrida pelo setor agrícola de mercado interno, que agravou mais ainda a questão pertinente ao abastecimento interno.

Isso significou preços mais elevados para o produto levado à mesa do trabalhador brasileiro.

Isso significou queda na renda real.

Isso significou, especialmente nos extratos de renda baixa da população, uma situação de impacto. E, exatamente, pela má distribuição, distribuição indesejável, tanto sob a ótica econômica quanto social.

Portanto, nós, no pronunciamento de hoje, que pretendemos iniciar uma série de pronunciamentos sobre o "medo da verdade" que leva o governo a financiar a mentira. E analisaremos o "Brasil encontrou uma saída, vamos todos crescer".

Ora, Sr. Presidente, se os estudos universitários provam que a falta da alimentação na mesa do brasileiro é porque diminuiu a oferta de alimentos agrícolas, gerando toda uma sequência de problemas, não só no abastecimento, mas, acima de tudo, problemas da vida real do brasileiro, problemas dos extratos de baixa renda e em todas as demais situações que ficam provadas pelos dados. Como, por exemplo, que a classe operária brasileira, trabalhava 56 horas, em 1960, para comprar o que compra com 156 horas de trabalho, hoje!

Quase 50% do setor mais pobre da população. Recebia, em 60, 17,4% da renda nacional. Em 1970, 14,9% e, em 1980, 12,6%.

Em outras palavras, para ser mais incisivo: em 1960, 50% do setor mais pobre do povo brasileiro, conseguiu obter 17% da renda. Agora, em 1980, não chegam a 12%; enquanto isto, o Brasil encontrou a saída e, "vamos todos crescer", o medo da verdade faz o Governo financiar a mentira, porque, nesse mesmo período, os 5% mais ricos receberam 28% da renda em 1960, passaram a receber 34,1%, em 70 e quase 38%, em 1980.

Portanto, o resultado do trabalho de todos os brasileiros continua beneficiando a poucos, e deixando, pouco a pouco, muitos, mais pobres; e o Governo insiste em dizer que "todos, estamos crescendo".

Mas não é só isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se nós iniciamos, falando sobre a questão alimentícia é porque a coisa está extremamente aguçada e a gravidade salta aos olhos, e nós precisamos desmistificar a propaganda do Governo, porque, os últimos dados, por exemplo, provam que, 2/3 dos brasileiros não consomem as calorias necessárias. Será que isso não revolta o Deputado do Governo? Será que isso não revolta o Secretário da Segurança, do Governo? Será que isso não agride a consciência dos ditos cristãos dos Palácios deste Governo? Porque, embotado, o povo brasileiro assiste a esta droga de mentira publicitária num País em que 2/3 dos seus habitantes não conseguem consumir as calorias necessárias, e aí, a propaganda "o Brasil encontrou a saída e vamos todos crescer"!

Sr. Presidente, o Presidente da Sociedade Brasileira de Nutrição divulgou agora, no mês de maio, que, esses 2/3 da população brasileira não consome o número de calorias necessárias ao desenvolvimento do organismo; a pior situação é a da região de fronteiras, onde apenas 12,9% da população tem uma alimentação adequada, de acordo com estudos feitos pelo Banco Mundial; entre os brasileiros, 18,6% têm um déficit de 200 calorias; 31,3 consomem entre 200 e 400 calorias menos que o necessário; 17,3 apresenta um déficit superior a 400 calorias. O mais importante na dieta alimentar, continua o estudo durante o I Congresso Brasileiro da Indústria de Rações, é o valor protéico consumido; neste caso, mais uma vez o brasileiro é campeão mundial porque consome, em situação deficitária! O ideal seria consumir 60 gramas-dia de proteína sendo, pelo menos, metade, de origem animal; no Rio de Janeiro, que apresenta uma das médias mais altas do País, as classes mais baixas consomem, apenas, 43,17 gramas de proteínas. Só quem ganha acima de 5 salários-mínimos para sustentar uma família de 4 pessoas, consegue aproximar-se da média desejada, com um consumo "per capita" de 67,21% de proteínas, por dia; entre todos os brasileiros, os que têm a dieta mais adequada em termos protéicos são, por incrível que pareça, os do Extremo-Sul do Brasil.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a má alimentação do brasileiro, na opinião do Professor Presidente da Sociedade Brasileira de Nutrição, não se deve à qualidade do alimento consumido porque, não há, nem quantidade! E por esta razão nós, nesta tarde, aqui desta tribuna, estamos fazendo este registro, porque não podemos nos calar e consentir nessa tentativa de mistificar pela falácia, a mentalidade do povo brasileiro, mas a realidade, fala mais alto!

O crescimento do produto agropecuário, conforme estudos existentes, foi inexpressivo entre 1964 e 1980, a disponibilidade de alimentos decresceu e a situação se agrava cada vez mais. Mas, não é só isso, Sr. Presidente, recentemente nós víamos as distorções num editorial de importante jornal, onde colocava com muita clareza, de que o cigarro paga menos impostos do que o feijão no Brasil. Mas este Brasil que "encontrou a saída e que vamos todos crescer", talvez desconhece, efetivamente, de que cada cem sacas de alimentos produzidos no Brasil, 20 vão para os cofres públicos na forma de impostos - 16 de cada cem sacas da comercialização feita, vão para os estados, 2,5% para o FUNRURAL e 1 para o pagamento de impostos diversos.

A carga tributária desajustada, desequilibrada e injusta cria distorções das mais violentas. Assim, o consumidor de pão

através da farinha, por exemplo, tem um tipo de tributação, mas, aquele que consome farinha de mandioca paga tanto ICM quanto quem toma uísque importado e como chocolate fino. O cigarro paga menos ICM do que o feijão e este mesmo trabalho vai mais longe e diz: a ração de cachorro é isenta de impostos, mas a comida do trabalhador não. Neste Brasil que "encontrou a saída e que todos vamos crescer", a ração alimentar do cachorro está isenta, mas o feijão do trabalhador paga tributo.

Mas, não é só isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o outro exemplo que salta aos olhos e agride a consciência nacional, é de que o setor de tributos, realmente, consegue aparar mas aparar só por cima deixando a situação do trabalhador e dos brasileiros na sua esmagadora maioria de maneira injustiçada. O Imposto de Renda no Brasil é hoje violentamente injusto, pois pesa violentamente sobre os ganhos do trabalho, principalmente, da classe média e do trabalhador. Enquanto praticamente não existe para as grandes fortunas, os ganhos de capital.

Segundo dados do próprio Governo, vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, segundo dados do próprio Governo que diz que "o Brasil encontrou a saída e que vamos todos crescer", os mil maiores contribuintes com uma renda anual-média, hoje na casa dos 400 milhões de cruzeiros, pagaram apenas 1,03% do Imposto de Renda em 1979, quando tiveram uma renda média anual de 82 milhões de cruzeiros. Para um dos maiores especialistas em tributação no Brasil o professor Luciano da Silva Amaro, as distorções se agavam ao longo dos últimos anos ganhando ritmo crescente há partir de 1979. E ele diz: "através da manipulação dos índices, a correção das tabelas do tributo, o Governo aumentou tremendamente os níveis de cobrança para as faixas médias de renda aumentando as vantagens para as faixas mais altas. Ao mesmo tempo, cresceram os privilégios para as aplicações de capital."

E, vamos mais longe: diz o mesmo professor; "que o Imposto de Renda das pessoas físicas basicamente sobre os ganhos do trabalho, foi ilegalmente montado nos últimos anos, prejudicando, neste caso, especialmente, a classe média.

Em 1977 estavam isentos de impostos os contribuintes que tivessem uma renda líquida anual de até 45 salários mínimos.

Ilegalmente este teto foi reduzido ano a ano e hoje a isenção só vale até 32. Além disso o imposto só é progressivo para as faixas médias e não para as altas. Quem tem hoje uma renda líquida anual de 480 mil cruzeiros, ou 40 mil cruzeiros por mês, paga 14.400 cruzeiros de Imposto de Renda. Quem ganha o dobro, isto é, tem uma renda líquida mensal de 80 mil cruzeiros, sofre um aumento de imposto de nada menos do que 620%, pagando ao fisco nada mais, nada menos do que 103 mil cruzeiros.

Já nas faixas seguintes o acréscimo de imposto cai e finalmente a alíquota máxima de 55% sobre a renda líquida, a partir de seis milhões de cruzeiros para quem ganhe um ou dez bilhões de cruzeiros.

Por isso, nessas rápidas pinceladas fica evidente quem está crescendo no Brasil e qual é a saída que este Governo encontrou para a Nação brasileira.

Alimentação nós já citamos. A questão da tributação de- mos uma rápida rápida pincelada, provando que efetivamente as grandes fortunas são as que menos pagam impostos neste Brasil, porque esse dado vale a pena guardar e ser memorizado, porque um dos mil maiores contribuintes com a renda anual, hoje na casa dos 400 milhões de cruzeiros, pagaram apenas 1,3% do imposto de renda gerado em 1979.

Por isso nós não podemos admitir que esse tipo de divulgação possa estar sendo patrocinada pelos cofres públicos, portanto com o dinheiro do povo, para enganar o próprio povo.

Mas nós vamos mais longe, Sr. Presidente, como se isso já não bastasse a poluição; poluição de propaganda governa-

mental, agora o Presidente da República passou também a ser menino propaganda das atividades administrativas deste País.

E no último domingo, perante a Nação brasileira, nós vimos o esforço de quem sabia que, o que estava dizendo não era convincente, mas acima de tudo o esforço de quem não está preparado e não está em condições adequadas a responder as graves situações que hoje afligem as diversas atividades da vida comunitária deste País.

E entre outras coisas o Presidente investiu contra o ensino público gratuito.

Mas nós precisamos aqui também repetir, com medo da verdade, o Governo está financiando a mentira. Por quê? O crescimento desproporcional de matrículas em estabelecimentos privados de ensino superior e médio, ocorrido nas últimas duas décadas não tem precedentes na história da era industrializada do mundo.

A todo o instante nós assistimos o próprio Ministro da Educação, e tivemos o ex-Ministro de Educação Ney Braga, na sua época instituindo o famigerado processo — Empréstimo ao Estudante, que é uma maneira de subsidiar o ensino pago, pois o crescimento foi tão desproporcional nas últimas duas décadas de matrículas em estabelecimentos privados de ensino superior e médio, que não tem precedente na era industrializada.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Já que trarei na sequência do assunto, com prazer, neste instante, ao Líder do PDS.

O Sr. Erondy Silvério — Muito obrigado.

Estou acompanhando, embora possa parecer diferente a Vossa Excelência, mas eu estou acompanhando como sempre o faço, o pronunciamento de Vossa Excelência, porque Vossa Excelência comunga com o meu pensamento em muitas coisas. É verdade que nós divergimos em outras, mas isso é próprio da democracia e própria dos Parlamentos, da atuação dos parlamentos.

Quero, neste instante, discordar de Vossa Excelência quanto a uma colocação, quando Vossa Excelência afirma que o Presidente João Figueiredo, — não estou aqui para fazer a defesa do Presidente Figueiredo, a quem tenho também algumas restrições, mas quando Vossa Excelência afirma que o Presidente João Figueiredo, num programa que fez domingo passado pela televisão, investiu contra o ensino gratuito, Vossa Excelência cometeu um pequeno equívoco, que não é próprio da inteligência de Vossa Excelência.

O Presidente foi bem claro e todo o Brasil, todos os que estavam ligados à Rede Globo de Televisão podem constatar, o Presidente foi bem claro. Ele não é contra o ensino gratuito, ele é contra o ensino gratuito àqueles que podem pagar o ensino. Vossa Excelência sabe que, lamentavelmente, mais de 50% dos que têm a felicidade de chegar aos bancos da Universidade Federal, do ensino pago pelo Governo, geralmente são pessoas que não precisam. Eles, na competição dos vestibulares, levam, evidentemente, uma vantagem sobre aqueles que precisam trabalhar, sobre aqueles cujos pais não podem pagar um cursinho, um preparatório para os vestibulares.

Não é justo a Nação estar subsidiando, pagando o ensino a quem pode. Acho que o propósito do Ministro da Educação e da própria Presidência da República, é exatamente a triagem; uma triagem honesta, uma triagem equilibrada, daqueles estudantes que verdadeiramente necessitam do ensino gratuito. Parece-me que foram, e todo o mundo assim entendeu, que foram estas as afirmações do Presidente da República com relação a esta controvertida questão do ensino pago ou gratuito.

Agradeço e lamento interromper o brilhante raciocínio de Vossa Excelência.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço seu aparte, mas sentimos pela manifestação de Sua Excelência, o Sr. Presiden-

te da República, que, tangenciando, estava procurando atingir o processo de ensino público e gratuito que a Nação realmente sonha ver implantado neste País.

Porque entendemos de que, realmente, nas faculdades e universidades públicas estaduais ou federais, muitas vezes, os matriculados são do extrato social até privilegiado. Mas assiste razão ao líder da bancada quando diz que exatamente alcançam esta situação porque têm mais condições de freqüentar os melhores cursinhos, porque possuem os recursos de sustentação do curso.

Iria mais longe. Também estaríamos aí analisando os efeitos e não a causa. Antes de nós nos preocuparmos com estes extratos que poderiam possuir condições, devemos evidentemente chegar à questão central do problema, que melhor justiça social estaríamos realizando se melhorássemos a escola pública secundária...

O Sr. Erondy Silvério — Perfeito.

O SR. NELTON FRIEDRICH — ... porque dispensaríamos estas indústrias sem chaminés e estas verdadeiras fabriquetas de grandes fortunas...

O Sr. Erondy Silvério — Muito bem.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Por isto, entendemos que não é a questão de jogar o pagamento do ensino superior a este ou aquele setor, até porque os pais destes alunos, ou até os próprios alunos poderão estar sendo penalizados com tributação progressiva, se assim ela existisse no País.

Mas vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando queremos, ainda neste pronunciamento que sabemos não vai ser possível concluir os três tópicos, — porque queríamos falar do Brasil, encontrou a saída e vamos todos crescer, passar pelo Paraná, geração progresso e chegar no dinâmico, renovador, humano, um Paraná assim que a gente precisa. Mas haveremos de voltar a este assunto em outros capítulos, mas ainda na questão do ensino público e gratuito, por que temos esta posição? Porque enganosamente o Governo divulga, por exemplo, que nos Estados Unidos o ensino é pago. Engano, Sr. Presidente. Até nos Estados Unidos, país tomado como exemplo de estrutura econômica predominantemente capitalista, a tendência observada nas últimas décadas, é oposta àquela verificada no Brasil. Enquanto nós tivemos um aumento de dezenas e centenas de percentuais nas matrículas de ensino superior, nas escolas particulares, praticamente estacionamos nas escolas públicas. O ensino superior nos Estados Unidos, o percentual de matrículas em escolas privadas decresceu de 50 para 20%, entre 1950 e 1980. De 50% nos Estados Unidos, nos últimos 30 anos, as matrículas no ensino privado lá na América do Norte, tiveram uma redução de 50 para 20%. E a participação do ensino superior no orçamento federal dos Estados Unidos, foi aproximadamente 20 vezes maior do que no Brasil. Apesar de que esse setor, naquela Nação, por determinação constitucional é um privilégio das administrações estaduais e da iniciativa privada. Até, lá, Sr. Presidente, até lá, estão na verdade, transformando o ensino público e gratuito, pois em 30 anos, reduziram de 50% as matrículas que eram privadas, para apenas 20%.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Vossa Excelência vai me permitir voltar um pouco no seu pronunciamento, a respeito da presença do ilustre Sr. Presidente da República na televisão. Assisti com muita atenção aquele programa e não quero aqui fazer considerações, a respeito do programa. Mas me pareceu uma coisa ter ficado muito clara, e é muito importante que a classe política reflita sobre isso.

Certa vez o Coronel Tarcísio, célebre neste País, por suas prisões, pelas suas posições, nos disse que o grave problema no País, como estávamos vivendo àquela época, era de que um segundo escalão faz um papel muito importante na Nação, à medida em que não permite que as informações de baixo cheguem ao Presidente e que as informações do Presidente

cheguem a nível de execução. E ficou claro isto no programa, no meu ponto de vista, pois em algumas respostas isto transpareceu. Vamos citar, por exemplo, o problema do seguro desemprego. Quem de nós de boa fé pode dizer e afirmar que no Brasil existe realmente seguro desemprego? Nós vimos o Sr. Presidente, informar através de relatórios, mas pelo segundo escalão, dizer que existe um sistema nacional de empregos. Existe mesmo. Mas será que esse sistema está, por exemplo, implantado em Cascavel? Em Francisco Beltrão? Em Maringá? ou está apenas na Capital. E aqui na Capital ele funciona? De boa fé. Talvez o Senhor Presidente seja informado através de relatórios que isso funciona perfeitamente; mas na ação ele não aparece.

Outra resposta, foi exatamente sobre a educação. Quando o Sr. Presidente disse e afirmou que foi implantado o sistema do crédito educativo. Aliás, poderia até ser uma boa solução. Mas quem de boa fé pode admitir que isto vem funcionando perfeitamente? Até quero louvar talvez os seus autores. Mas isto na prática está funcionando? Então transpareceu nitidamente pelas respostas do Sr. Presidente, que as questões a nível de Presidência são vistas de um jeito e a nível de execução são feitas de outras maneira. Até nas suas respostas. Parece-me que talvez o grande mérito do programa, talvez até seja isto, mostrar a toda a Nação, e talvez isto seja levado ao Sr. Presidente, não pelo seu segundo escalão que não tem esse interesse, porque esse segundo escalão pretende se manter com ele ou com o seu sucessor ou com o sucessor do seu sucessor, mas será muito importante talvez esse programa, exatamente para que o povo brasileiro saiba que o pensamento do Presidente, talvez não seja aquilo que se execute. Porque afirmar que o CINE funciona só através de relatórios...

(É retirado o som).

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela ordem) Sr. Presidente, o Deputado que está na tribuna tem cinco minutos no horário da Liderança. E o restante ficará ao Deputado Fiori Luiz.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Continua com a palavra o Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Continua com o aparte o Deputado Deni Schwartz.

O Sr. Deni Schwartz — Concluo, nobre Deputado, dizendo o seguinte: falar em crédito educativo, quando sabemos os problemas que tem o estudante em conseguir esse crédito, realmente é estar informado apenas por relatório e não no dia a dia.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço.

E Vossa Excelência, com toda a razão, acrescentou enfoque importante a esta nossa manifestação da tribuna

E, acima de tudo, só para concluir, já que analisamos rapidamente a questão da alimentação, o problema tributário e o problema do ensino público, no seu aspecto superior, fazer um fecho nesse sentido, concluindo que, realmente, o Governo está financiando a falácia, a mentira.

Porque, veja Sr. Presidente, Srs. Deputados, enquanto, nós estamos analisando, por exemplo, que os Estados Unidos chegam a aplicar neste período de 20 vezes mais, o orçamento para ensino superior de mais 20 vezes do que no Brasil, um contraste. O Governo Federal brasileiro investiu no ano de 1981, aproximadamente 20 vezes mais em meios de produção e distribuição de energia do que em educação superior.

A julgar pela distribuição das verbas no Orçamento Federal do Brasil, este Governo rejeita suas responsabilidades sociais tradicionais como educação e saúde em benefício de setores que em uma economia capitalista, como dizem que a nossa deva ser, são confiados preferencialmente a livre iniciativa.

A educação, a saúde, a questão tributária, se ficássemos neste tripé, hoje aqui no pronunciamento, nós estaríamos desmentindo total e absolutamente a propaganda governamental.

E não há argumento que subsiste ante os números, as informações e os dados. Porque, um Governo que gasta, como nós colocamos aqui, 20 vezes mais em meios de produção e distribuição de energia elétrica e educação superior, colocando a sua responsabilidade social em quarto, quinto lugar, acabando com sua obrigação tradicional com os setores como o da educação e saúde, é um Governo que não suportaria um debate na televisão.

E, portanto, não há possibilidade de termos um programa para desnudarmos a realidade deste País.

Enquanto isso, o Brasil vai sendo drogado pela propaganda.

Mas, nós, enquanto o Governo estimula, paga, financia, esse processo que vai embotando a mente brasileira, porque, vai drogando o raciocínio com a propaganda enganosa, falaciosa, nós temos que resistir. E nós, da Oposição, precisamos chamar este País à razão para que, acima de tudo, a posição enganosa não venha a levar este País a um precipício do qual a convulsão social violenta irá tirá-la.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Darei e peço, por gentileza, brevidade, porque, só tenho um minuto e meio.

O Sr. Erondy Silvério — Serei bem rápido.

Apenas, quando Vossa Excelência diz, nós precisamos chamar este País à razão, eu também, queria chamar Vossa Excelência à razão em um detalhe.

Quando Vossa Excelência citou o exemplo dos Estados Unidos, onde as vagas dos estabelecimentos dos ensinos públicos cresceram na mesma proporção que reduziram as vagas nos estabelecimentos de ensino particulares, Vossa Excelência esqueceu um detalhe muito importante.

É que Vossa Excelência projetou num espaço de 30 anos. Eu projeto no espaço de 10 anos.

Enquanto a população dos Estados Unidos cresceu, na década de 70, apenas 31,6%, a população brasileira cresceu 66,8%. Esse é um dado irrefutável que pode perfeitamente justificar aqueles dados estatísticos que Vossa Excelência enunciou no seu discurso.

Agradeço e não quero mais interromper o discurso de Vossa Excelência.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Mas, só para concluir, que o meu tempo já está se esgotando. É preciso não esquecer que enquanto isso a tributação neste País, na verdade, não existe para as grandes fortunas. O que, portanto, não leva a essa argumentação. Porque, aí, nós teríamos um processo de democratização do capital.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que o Brasil encontrou alguns pontos, porque o brasileiro continua... (Desligado o som) (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz, que tem quinze minutos.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Agrava-se dia a dia a situação enfrentada pelos trabalhadores rurais de Porecatu, que há vários meses não recebem seus salários de fome. Há tenso clima entre os trabalhadores, que podem deflagrar um movimento grevista a qualquer momento, quebrando o tom de clandestinidade e conspiração que caracteriza a organização hoje.

Se de um lado reclamam dos baixos salários, e agora a ausência deles, de outro nem a justiça, nem a Delegacia do Trabalho, nem outro representante qualquer do Governo se levanta em sua defesa. Mais uma vez omite-se o poder cujo dever não deveria ser outro senão a defesa e proteção dos cidadãos com direitos usurpados.

Os oito mil trabalhadores da Usina Central do Paraná so-

mam-se aos milhares de braços do campo que vivem da quase mendicância diante do modelo econômico imposto pelo regime ao País. E que no Paraná tem nos grandes latifundiários seus praticantes maiores.

O caso de Porecatu, entretanto, Senhores, tem uma história. De luta e de grandes casos de corrupção e abuso do poder econômico. Faz 31 anos, levantaram-se ali os camponeses em resistência armada contra a ação dos latifundiários e grileiros. E há pouco tempo, uma greve paralisou as atividades, o que, por outro lado, atingiu o objetivo dos patrões. A cada greve, a cada manifestação por falta de salários, a família Atalla dá seu golpe. E assim obtém grandes empréstimos governamentais.

No começo da década de 70, através de um empréstimo obtido do Governo, a família teria expandido seus negócios na lavoura. Mas, como sempre, de má fé. Ao invés de colocar os recursos na construção de uma nova unidade industrial, os aplicou na compra de terras e mais terras. O que se sabe hoje é que dos oito mil alqueires da década de 70, hoje mais 22 mil alqueires se agregaram, abrangendo extensa área no Município de Querência do Norte. Este município viu pelo menos 500 famílias de parceiros serem expulsas da terra em 1974, para que a família Atalla pudesse entregá-la a outros arrendatários.

Cumprindo formalmente o Estatuto da Lavoura Canavieira, que determina que 50% da cana utilizada na indústria deve ser comprada de terceiros, a Usina Central estabeleceu como seu fornecedor Jorge Atalla. E desta forma, onde impera a má fé, vem agindo a família que se enriquece e esbanja com a exploração do trabalho do camponês, e se delicia com os recursos providenciais advindos dos cofres estatais ou semi-estatais.

A omissão do poder público não é novidade no País, tampouco no Paraná. Aqui, com a sucessão de oligarquias no poder, com a troca de nomes sob a égide do caciquismo de Ney Braga, perpetua-se fato e mais fato semelhante ou igual.

O pano de fundo é o modelo econômico, que impõe uma agricultura voltada para o lucro latifundiário, onde a divisão da terra ou sua exploração racional tornaram-se artigos descartáveis ou de luxo. Pratica-se, nestas terras do Atalla, a mais estúpida agricultura canavieira, instrumento de aglutinação da terra, de destruição do solo e da história dos pequenos proprietários rurais do passado.

O Paraná perdeu, nestes últimos dez anos, quase que 25% da sua população. Pequenos proprietários, bóias-frias que viraram favelados dos grandes centros urbanos, médios proprietários, perfilam-se hoje, nas cidades, como desempregados, ou assalariados de baixa renda.

A política fundiária volta-se para o formalismo, não atacando as raízes do problema da terra que é a sua divisão sem barreira, aliada a uma política que permita produções compensadoras, mesmo que em escala pequena.

Os interesses do latifúndio que encontram um bom leito na política de produção para exportação, aprofundam a insolúvel questão camponesa, no Brasil, que só terá saída quando os interesses da massa expulsa estiverem, efetivamente e fundamentalmente, na ordem do dia.

Não se pode inaugurar outra década assistindo ao êxodo.

Não se pode cruzar os braços quando a exploração do campo extrapola os limites verificados nas cidades mais violentas.

É preciso alterar a essência desses atos e voltar o campo para aqueles que, efetivamente, produzem.

Seria até oportuno que as comportas da hidrelétrica de Capivari fossem abertas para lavar a imunda corrupção do grupo Atalla.

Os oito mil trabalhadores que não recebem há quatro meses, estão passando fome, em Porecatu.

Estivemos, várias vezes, durante as duas últimas semanas, naquela cidade e pudemos constatar a situação de penúria em que vivem aqueles homens, aquelas mulheres e aquelas crianças,

porque, as crianças, a partir dos 7 anos de idade, também trabalham no campo.

Houve, inclusive, o caso de uma mulher que chegou a desmaiar em via pública, de fraqueza, de fome, em pleno centro de Porecatu.

E o mercado que abastece os trabalhadores, que também pertence ao Grupo Atalla, cobra preços muito mais elevados do que em mercados de cidades vizinhas.

A produção está paralisada.

Não há industrialização.

Porecatu está se transformando numa nova Biafra, onde a fome, o desespero, a desesperança, a lei da chibata, se acentuam cada vez mais. Enquanto os donos do império, os irmãos Atalla preocupam-se com viagens ao exterior, onde vão cuidar dos outros negócios, em outros países e de outros povos.

Fosse este País comandado por gente séria, e os irmãos Atalla estariam, hoje, atrás das grades. Como disse o cantor e humorista Juca Chaves, só mesmo Oscar Niemeyer pode salvar o Brasil. Como? Construindo uma cadeia gigante em Brasília, para engaiolar esses brasileiros corruptos que exploram o miserável do trabalhador rural.

O grupo reclama que os bancos estão fechados. E na realidade, banco nenhum empresta um centavo para o Grupo Atalla.

Por ocasião do plantio do feijão da seca, no começo de 81, o Grupo Atalla obteve da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, em Porecatu, 140 milhões de cruzeiros e não plantou um pé de feijão, em Porecatu.

Que não seja este mais um golpe da família para receber mais dinheiro para as mordomias do Grupo Atalla.

Mas, enquanto isso, enquanto 8 mil trabalhadores passam fome, na verdadeira acepção da palavra, em Porecatu, isso nós constatamos "in loco", o Presidente João Baptista Figueiredo fica posando de Garoto Propaganda de TV respondendo cartinhas previamente censuradas e selecionadas, como se fosse um programa da Cidinha Campos, como se fosse um programa que aliás, até o nome deveria ser "As Fantásticas Mentiras do Presidente", porque ali também se engana crianças de 11 anos como uma do Rio que escreveu perguntando sobre a criminalidade e o desamparo das crianças, e foi iludida, foi enganada pelo Presidente João Baptista Figueiredo, então, só está faltando, diante do que vimos domingo à noite no programa "As Fantásticas Mentiras do Presidente", só falta que o Diretor de Núcleo de Novelas da Rede Globo, dependendo, é claro, do desempenho artístico do Presidente, o convide para participar da próxima novela das 8 ao lado de Francisco Cuoco e Regina Duarte — só isto está faltando neste País, num País de homens que não são sérios; enquanto que nós observamos e constatamos, nas nossas viagens quase que diárias em Porecatu, a penúria dos 8.000 trabalhadores, onde crianças de 7 anos, ao saírem de manhã para o trabalho, tomam um copo de aguardente, de "pinga", para aguentarem o "baque" na lavoura, o Presidente desfila sua beleza para os milhões de telespectadores deste País, enganando e iludindo a população brasileira!

Era isto, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Ausente).

A Mesa faz a mesma consulta à Liderança do PDS. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa uefere e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal. (É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Responderam a chamada nominal 34 Srs. Deputados. Há "quorum" para deliberação.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Emendas ao Projeto de Lei Complementar n.º 56/82, de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente. — **Recebidas, serão anexadas ao Projeto.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO — 3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 30/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 35/82), que autoriza o Poder Executivo a contrair empréstimo, através de Entidades da Administração Indireta do Estado, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J. e C.F., por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Antes de Vossa Excelência proceder a verificação de votação, solicito chamada nominal dos Srs. Deputados. Peço que soe os tímpanos como dispõe o Regimento Interno da Casa e que o Sr. Segundo Secretário faça a chamada não em excesso de velocidade como fez.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e solicita do Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal) . . .

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Pela ordem, concedo a palavra a Vossa Excelência.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, queria que Vossa Excelência registrasse ao Sr. Primeiro Secretário a minha presença neste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa solicita ao Sr. Primeiro Secretário a presença do Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — A Secretaria informa que, com a presença do Deputado Luiz Alberto de Oliveira, 36 Srs. Deputados se acham presentes, responderam a chamada.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Responderam a chamada 36 Srs. Deputados. A Mesa irá proceder a verificação de votação da matéria requerida.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, pela ordem. Eu

solicitaria a Vossa Excelência nova chamada nominal, para verificação, porque ao que consta, não tem 36 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa informa ao nobre Deputado que a Secretaria registrou a presença de 36 Srs. Deputados. Há "quorum" para deliberação.

O SR. GABRIEL MANOEL — Mas meu Presidente, eu pedi a chamada nominal novamente. Agora, se não tenho o direito, então eu me curvo.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e solicita ao Sr. Primeiro Secretário que proceda a nova chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal).

O SR. 1.º SECRETÁRIO — 34 Srs. Deputados responderam à chamada.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, tendo o Sr. 1.º Secretário constatado a presença de 34 Srs. Deputados, número absolutamente legal para deliberações, peço a Vossa Excelência que então considere o requerimento que está sobre a mesa, em que requeiro votação nominal para o projeto de lei ora em discussão, que é o de número 30/82.

Como há 32 Srs. Deputados que responderam à chamada, Vossa Excelência poderá deliberar para que meu requerimento seja aceito pela Mesa e que a votação possa ser em caráter nominal.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa...

O SR. TRAJANO BASTOS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Pela Ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, encareço de Vossa Excelência que atenda à minha Questão de Ordem levantada anteriormente à do ilustre Deputado Erondy Silvério, que é para verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao Deputado Trajano Bastos que, com o requerimento do Deputado Erondy Silvério, estará prejudicada a verificação de votação requerida por Vossa Excelência, porque o requerimento, implicitamente estará fazendo a verificação de votação.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, o projeto, que não é objeto de votação, Vossa Excelência decidiu que colocará em votação o requerimento do Deputado Erondy Silvério? É essa a conduta da Mesa?

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Perfeitamente.

O SR. TRAJANO BASTOS — Então, de antemão, solicito a Vossa Excelência que proceda a verificação de votação do requerimento do ilustre Deputado.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa irá por em votação. Está em votação o requerimento do Deputado Erondy Silvério, que solicita a votação nominal para o Projeto de Lei 30/82. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram conservar-se como estão. — (Pausa) — **Aprovado.**

Aprovado o requerimento de autoria do Deputado Erondy Silvério, será procedida a verificação de votação nominal, ao Projeto de Lei 30/82.

A Mesa informa aos Srs. Deputados, aos que votarem favorável, votarão "sim", e aos que votarem contrário, votarão "não".

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Deputado Gilberto Carvalho — sim

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, não me lembro bem o dispositivo regimental, mas queria fazer uma consulta à Mesa.

Os getons de comparecimento dos Srs. Deputados às Sessões Plenárias são creditados pela Tesouraria da Casa, aqueles que votarem na Ordem do Dia.

Parece-me que isso é que dispõe o Regimento.

Consulto Vossa Excelência, se isso é o que dispõe o Regimento, e se os getons são pagos à base da votação da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa informa ao nobre Deputado que, de acordo com o art. 13 da Constituição, em seu § 3.º, diz o seguinte: "O pagamento da parte variável do subsídio corresponderá ao comparecimento efetivo do Deputado e a participação nas votações".

Evidentemente, os Deputados que deixarem de participar, terão os seus jetons descontados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Espero que a Mesa assim proceda na votação desse projeto, porquanto a votação é nominal e oferece à Mesa prova concreta daqueles Deputados que realmente estão votando o projeto de lei em pauta.

O SR. PRESIDENTE — Solicito do Sr. 1.º Secretário a chamada nominal dos Srs. Deputados e a votação correspondente.

O SR. 1.º Secretário — Faz a chamada:

FIORI LUIZ — Ausente

AUGUSTO CARNEIRO — sim

NILSO SQUAREZI — ausente

EZEQUIAS LOSSO — sim

EDILSON ALENCAR — não

ADALBERTO DAROS — ausente

AIRTON CORDEIRO — sim

ANTÔNIO COTRIM — sim

ANTÔNIO FACCI — sim

BASÍLIO ZANUSSO — sim

CARLOS ZANLORENZI — sim

CYRO MARTINS — sim

DÁCIO LEONEL — ausente

DARCY DEITOS — ausente

DAVID CHERIEGATE — sim

VALTER PIETRÂNGELO — sim

DENI SCHWARTZ — ausente

EGON PUDELL — ausente

ERONDY SILVÉRIO — sim

FABIANO BRAGA CÔRTEZ — ausente

FIDELCINO TOLENTINO — ausente

FRANCISCO ESCORSIN — ausente

FUAD NACLI — ausente

GABRIEL MANOEL — sim

GABRIEL SAMPAIO — sim

GERNOTE KIRINUS — ausente

GILBERTO AGIBERT FILHO — ausente

JOÃO ELÍSIO — ausente

JOSÉ DOMINGOS — sim

JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI — ausente

JOSÉ TAVARES — ausente

JURANDIR MESSIAS — sim

LÁZARO DUMONT — sim

LEÔNIDAS CHAVES — sim

LINEU TURRA — ausente

LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — sim

MÁRIO CELSO — ausente

NELTON FRIEDRICH — ausente

NELSON BUFFARA — sim

NESTOR BAPTISTA — ausente

PALÁCIOS — sim
 PAULO CAMARGO — ausente
 PINTO DIAS — ausente
 QUIELSE CRISÓSTOMO — sim
 RENATO BERNARDI — ausente
 RENATO BUENO — ausente
 ROMERO FILHO — ausente
 ROSÁRIO PITELLI — sim
 TADEU LÚCIO MACHADO — ausente
 TÉRCIO ALBUQUERQUE — ausente
 TRAJANO BASTOS — Eu não voto, Sr. Presidente.
 TÚLIO ZANCHET — ausente
 VALDUGA — sim
 WALDYR PUGLIESI — ausente
 WERNER WANDERER — sim
 WILSON FORTES — ausente

O SR. 1.º SECRETÁRIO — 24 Srs. Deputados votaram "sim" e um Sr. Deputado votou "não. 25 Srs. Deputados estiveram presentes.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, antes que Vossa Excelência proclame os resultados, requeiro a Vossa Excelência não apenas na sessão de hoje, mas em todas as sessões em que for votado o Projeto de Lei 30/82, que deverá ser com votação nominal de acordo com o aprovado pela Casa na tarde de hoje.

E que Vossa Excelência me forneça certidão ao final do mês, da folha de pagamento de cada um dos Srs. Deputados, a fim de que esta liderança possa constatar se realmente o Regimento Interno da Casa foi cumprido no tocante aos descontos dos Srs. Deputados que deixaram de votar a matéria.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa informa ao Deputado Erondy Silvério, que o projeto se encontra em votação no processo de votação nominal até a sua realização.

Não há número para votação, somente para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Cezita Pompermeier, ocorrido em Realiza. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Wilson Serrão, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso constante do expediente solicitando voto de congratulações pelo 3.º aniversário da Escola de Recuperação de Alcoólatras e Fumantes de Vista Alegre das Mercês. — **Encerrada a discussão**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Sr. Presidente da Confederação Brasileira de Futebol, hipote-

cando em nome dos torcedores brasileiros do Paraná, total solidariedade nas decisões tomadas com referência à Seleção, especialmente com relação à fixação de gratificações aos nossos jogadores no caso de ganharmos os jogos na Espanha. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente, solicitando envio de telex aos Srs. Secretário da Indústria e Comércio e ao Ministro da Indústria e Comércio, encarecendo que seja revisto com urgência o preço cobrado pelo Instituto Nacional de Pesos e Medidas, por ocasião do aferimento de balanças, pois os custos de aferição, muitas vezes, ultrapassam 40 por cento do valor da balança. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício ao Sr. Secretário do Interior, pedindo informações sobre as empresas que estão qualificadas ou credenciadas pela COHAPAR-Pr, para receber contrato de serviços e financiamentos e outras questões a serem esclarecidas. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações sobre o patrimônio da União dos Estudantes — UPE. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor à atuação do Sr. Edson Machado, durante o tempo em que exerceu as funções de Secretário da Educação. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 30/82 e do Projeto de Resolução n.º 03/82.

EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 33/82.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 133, 137, 143/81, 06 e 42/82, e dos Projetos de Resolução n.ºs 06, 10 e 37/82.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 172/81.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 60/82.

Marcando ainda uma Sessão Extraordinária, para logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 08, 67, 81, 111, 153, 157, 159/81, 02, 12 e 52/82.

Levanta-se a Sessão.